

# DESTAQUES DA SEMANA Tecnologia da Informação

1º a 5 de julho de 2024

## Nesta Edição

- △ [Atividades da Assespro Nacional](#)
- △ [Proteção de Dados](#)
- △ [Internet](#)
- △ [5G no Brasil](#)
- △ [Segurança Cibernética](#)
- △ [Inteligência Artificial](#)
- △ [Inclusão Digital](#)
- △ [Transformação Digital](#)
- △ [Educação](#)
- △ [Mídias Sociais](#)
- △ [PD&I](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Consumidor](#)
- △ [Ambiental](#)
- △ [Trabalhista](#)
- △ [Saúde](#)
- △ [Administração Pública](#)
- △ [Nomeações](#)

## Atividades da Assespro Nacional

A Federação Assespro, foi representada pelo presidente **Christian Tadeu** em audiência pública interativa da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal, que debateu os desafios à inovação tecnológica no país, com foco na escassez de profissionais de tecnologia da informação. Na oportunidade, o presidente salientou a atuação da Federação Assespro e suas regionais com o desenvolvimento de iniciativas para treinamento de mão de obra e ligação com as empresas locais visando o aprofundamento do aprendizado e sequência de empregabilidade.

Ainda, a entidade foi representada por **Jean Paul Neumann**, coordenador do Grupo de Trabalho de IA da Federação Assespro, na segunda audiência pública destinada a debater o [substitutivo do PL 2338/2023](#) (Inteligência Artificial), no âmbito da Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no Brasil - CTIA. Neumann destacou que é preciso de uma legislação que garanta a segurança dos sistemas e atue em atendimento aos direitos das pessoas afetadas. Também enfatizou que é importante balancear os riscos da IA sem promover uma regulação e governança excessiva que afugenta investimentos em tecnologias, cria barreiras para entrada

no mercado e favoreça as grandes empresas que possuem recursos para cumprir as regulamentações.

## Proteção de Dados

- **CADE vai investigar uso de dados pela Meta.** O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) iniciou uma investigação para **apurar** o uso de dados de consumidores pela Meta, empresa responsável pelo Facebook e Instagram, no treinamento de inteligência artificial (IA). O órgão abriu um **procedimento preliminar** para verificar se a prática viola as leis de defesa da concorrência no Brasil. A Meta é alvo de questionamentos sobre a forma como vem utilizando as informações de usuários para o aprimoramento de suas tecnologias de IA, o que levou o Cade a dar início ao processo de **investigação**. A empresa terá que fornecer esclarecimentos sobre o assunto, antes que uma decisão final seja tomada pelo conselho. Com informações de: [Valor Econômico](#)
- **ANPD manda dona do Instagram suspender uso de dados para treinar IA generativa.** A ANPD determinou que a Meta, empresa responsável pelo Facebook, WhatsApp e Instagram, suspenda **imediatamente** o uso de dados pessoais dos brasileiros para treinar sistemas de IA generativa, incluindo pessoas que não são usuárias das plataformas. Em resposta, a Meta terá **cinco dias úteis** para enviar à ANPD sua nova política e comprovar o cumprimento da determinação, sob pena de **multa diária de R\$ 50 mil**. A decisão foi tomada devido ao uso inadequado de hipótese legal para o tratamento de dados, falta de transparência sobre mudanças na política de privacidade, restrições aos direitos dos titulares e tratamento de dados de crianças e adolescentes sem as devidas garantias. Com informações de: [Tele Síntese](#)
- **Conselho Nacional de Proteção de Dados e da Privacidade tem nova composição designada.** O Presidente da República, **Luiz Inácio Lula da Silva**, nomeou novos membros para o Conselho Nacional de Proteção de Dados e da Privacidade (CNPDP), sendo seis reconduções e 36 designações. As indicações foram feitas com base em listas tríplices elaboradas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), que por sua vez foram criadas após um processo seletivo. Um total de **72 candidaturas** foram recebidas para preenchimento das vagas destinadas a diferentes setores da sociedade civil e instituições científicas e tecnológicas. Além das indicações das listas tríplices, o presidente também designou representantes do poder público para o CNPD, incluindo Ministério da Justiça e Segurança Pública, Casa Civil, Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, entre outros. Com informações de: [TI Inside](#)

## Internet

- **Produção de informática, eletrônicos e ópticos sobe 3,7% em maio.** A produção industrial brasileira apresentou queda de **0,9% em maio**, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE. Apenas nove das 25 atividades acompanhadas registraram

crescimento, com destaque para o grupo de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, que avançou **3,7%**. Essa é a segunda taxa negativa consecutiva, resultando em uma perda acumulada de 1,7%. A indústria opera 1,4% abaixo do patamar pré-pandemia, em fevereiro de 2020, e 17,8% abaixo do maior nível da série, atingido em maio de 2011. O cenário reflete o impacto da crise sanitária na economia, com setores como tecnologia se destacando em meio a um contexto negativo para a produção industrial do país. Com informações de: [Tele Síntese](#)

## 5G no Brasil

- **Operadoras ativam quase 2 milhões de linhas em 5G em maio.** A implantação da tecnologia 5G está em ritmo acelerado no Brasil, conforme dados da Anatel. Em maio, foram ativadas **1,95 milhão de novas linhas** de celular com a quinta geração móvel, batendo recorde. As ativações mensais têm aumentado progressivamente em 2024, atingindo 1 milhão em janeiro, 1,1 milhão em fevereiro, 1,5 milhão em março e 1,6 milhão em abril. No total, as operadoras já contam com **27,87 milhões** de clientes utilizando o 5G no país, um aumento de **7,5%** em relação ao mês anterior. Em comparação com maio de 2023, houve um crescimento de **177,4%**, com um ganho de **17,82 milhões** de novos usuários em um ano. Com informações de: [Tele Síntese](#)

## Segurança Cibernética

- **Conselho Diretor aprova Proposta de Alteração do R-Ciber.** Anatel aprovou a proposta de alteração de regulamento de segurança cibernética para o setor de telecomunicações, visando mitigar vulnerabilidades em equipamentos cedidos aos consumidores. Com a decisão, todas as Prestadoras de Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo serão obrigadas a cumprir o artigo 8º do **R-Ciber**, independentemente do porte. Além disso, foi introduzido o artigo 2º-B, ampliando o controle *ex ante* para incluir operadoras de cabo submarino com destino internacional, prestadoras de Serviço Móvel Pessoal com rede própria e operadoras de rede que oferecem tráfego em mercado de atacado, devido à relevância e criticidade dos serviços e infraestruturas que operam. Com informações de: [ASCOM Anatel](#)
- **CSPCCO aprova projeto que fortalece prevenção e repressão a crimes cibernéticos.** A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) aprovou nesta semana o [PL 537/2024](#) – *prevê o fortalecimento das ações de prevenção e repressão aos crimes cibernéticos* – de autoria do deputado **Rodrigo Gambale** (PODE/SP). O relatório foi apresentado pelo deputado **Delegado Palumbo** (MDB/SP). A matéria, sujeita à apreciação conclusiva, agora vai à Comissão de Finanças e Tributação (CFT), em seguida, à de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), se aprovada em todas as comissões, será encaminhada ao Senado Federal.

## Inteligência Artificial

- **CTIA apresenta complementação do voto ao PL 2238/2023.** A Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no Brasil (CTIA) realizou uma reunião para apresentar a **complementação do voto** ao relatório do [PL 2338/2023](#), que trata sobre Inteligência Artificial. Após a apresentação, foi concedida vista coletiva. Uma nova reunião está marcada para a próxima terça-feira (9), às **10h**, para a deliberação do texto final e poderão ser encaminhadas novas sugestões neste período. A íntegra do voto ainda **não foi disponibilizada**, porém, com a conclusão da análise pela CTIA, a matéria será votada em Plenário na última semana de atividades do Congresso, entre os dias **15 e 17 de julho**.
- **Relator apresenta relatório atualizado sobre regulamentação da IA.** A Comissão Temporária sobre Inteligência Artificial no Brasil (CTIA) recebeu nesta quinta-feira (4) o **relatório** atualizado do projeto que regulamenta o uso da IA no país, com diretrizes, direitos e normas para fiscalização da tecnologia. O presidente da comissão, senador **Carlos Viana** (Podemos-MG), anunciou que o texto será votado em breve após a vista concedida. O relatório foi entregue pelo relator, senador **Eduardo Gomes** (PL-TO), após **30 emendas** terem sido feitas. Das 30 emendas feitas após a apresentação do relatório em junho, 15 foram parciais ou totalmente aceitas, levando a uma nova análise do projeto. Com informações de: [Agência Senado](#)
- **IA: Comissão enxuga audiências extras para agilizar votação.** A Comissão do Senado Federal encerra ciclo de audiências sobre marco legal de Inteligência Artificial Na quarta-feira, 3, a comissão responsável por debater o marco legal de Inteligência Artificial no Senado Federal finalizou a última rodada de audiências públicas antes da votação do relatório final. As sessões extras foram acrescentadas no cronograma original, que já havia ouvido diversos setores em nove oitavas abertas, com o intuito de reunir sugestões de novos ajustes. A maioria das propostas apresentadas visavam flexibilizar a regulação sobre o tema, buscando adaptações que favoreçam a inovação e o desenvolvimento tecnológico no país. Com informações de: [Tele Síntese](#)
- **Marco de IA no Brasil pode ser votado nos próximos dias.** O Senado Federal está em destaque esta semana com o debate sobre o [Projeto de Lei 2.338/2023](#), que visa estabelecer um marco legal para o uso de Inteligência Artificial no Brasil. A Comissão Temporária responsável pelo tema está realizando audiências públicas para discutir o texto, porém em um número **menor** do que o inicialmente planejado, com o objetivo de agilizar o processo de votação. Na primeira audiência pública realizada nesta segunda-feira, 1º de julho, o senador **Marcos Pontes** (PL-SP) revelou que a intenção é reduzir de cinco para três o número de audiências e que a aprovação do projeto pode ocorrer ainda esta semana. Com informações de: [Teletime](#)
- **Debatedores alertam: legislação muito rígida pode engessar IA brasileira.** Durante reunião da Comissão Temporária sobre Inteligência Artificial no Brasil (CTIA), realizada nesta segunda-feira (1), especialistas ressaltaram que é necessário evitar que os riscos

potenciais do uso de IA engessem a legislação e atrasem o setor no país. Os projetos de marco legal de IA nacional estão em análise na comissão, que deve apresentar um texto final antes do recesso parlamentar. Presidida pelo senador Astronauta **Marcos Pontes** (PL-SP), a reunião teve como foco a necessidade de um texto menos restritivo ao desenvolvimento da indústria de IA, especialmente para as pequenas empresas. Além disso, Pontes destacou que a segurança cibernética deve ser uma preocupação desde o início dos projetos de IA, afirmando que é mais arriscado não utilizar a inteligência artificial do que utilizá-la. Com informações de: [Agência Senado](#)

- **Brasil tem condições de ser um desenvolvedor de IA, diz nº 2 do Mdic.** O secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, **Márcio Elias Rosa**, afirmou em palestra no Fórum de Competitividade 2024 que o Brasil possui condições favoráveis para se tornar um **grande desenvolvedor** de inteligência artificial. Segundo ele, o país oferece fontes renováveis de energia, o que é essencial para o alto consumo energético envolvido no desenvolvimento dessa tecnologia. Além disso, Márcio ressaltou que a proximidade com os Estados Unidos, um grande consumidor de inteligência artificial, representa uma vantagem para o Brasil avançar na **transformação digital** e expandir sua produtividade. A declaração foi feita durante a apresentação das possibilidades de crescimento do setor de tecnologia no país, destacando a importância da inovação e do investimento em pesquisas na área de inteligência artificial. Com informações de: [Poder 360](#)
- **IA não vai tirar empregos, mas melhorá-los, diz Marcos Pontes.** O senador **Marcos Pontes** (PL-SP) demonstra confiança no impacto da inteligência artificial (IA) no mercado de trabalho, defendendo que a tecnologia tem um papel cada vez mais complementar às atividades laborais. De acordo com o parlamentar, a utilização desses recursos está aprimorando a eficiência e transformando os empregos, mesmo diante de previsões preocupantes. Um estudo do FMI revelou que a IA deve afetar **40%** dos empregos em nível global, com o Brasil prevendo impactos negativos em **22%** dos postos de trabalho e benefícios para **19%**. A tendência, segundo Pontes, é que a inteligência artificial e outras novas tecnologias mudem a forma como trabalhamos, sem necessariamente gerar um grande número de desempregados. Com informações de: [Poder 360](#)
- **Brasil domina mercado de startups em IA na América Latina.** O Brasil se destaca no mercado de startups de inteligência artificial na América Latina, representando 74,3% do total de empreendimentos inovadores da região, segundo dados da plataforma de geração de dados Distrito. Com a previsão de crescimento de **36,6%** ao ano até **2030** no mercado mundial de inteligência artificial, o país conta atualmente com **1005 startups** atuando no setor na região latino-americana. Com informações de: [Poder 360](#)
- **Campus Party vai debater regulamentação da inteligência artificial.** A partir da próxima semana, a cidade de São Paulo sediará a **Campus Party Brasil**, considerado o maior festival de tecnologia do mundo. O evento, que acontecerá de **9 a 14 de julho** no Expo Center Norte, reunirá especialistas e entusiastas para discutir temas como ciência, tecnologia, astronomia, entretenimento digital e empreendedorismo. Uma das novidades

deste ano será o **1º Fórum do Marco Regulatório da Inteligência Artificial**, com o objetivo de estabelecer diretrizes sobre o uso da IA no Brasil, assim como foi feito com o Marco Civil da Internet. As palestras serão abertas ao público e acontecerão nos palcos da Campus Party ao longo das próximas edições. Com informações de: [Agência Brasil](#)

- **Teles defendem avaliação de risco para IA baseada em uso e contexto.** A Conexis Brasil Digital, representante das maiores operadoras de telecomunicações do país, destaca a importância do debate sobre o marco legal de Inteligência Artificial (IA) e alerta para a necessidade de cautela na definição do que deve ser considerado um sistema de “alto risco”. Essa classificação aciona obrigações regulatórias significativas para os desenvolvedores e prestadores que utilizam a tecnologia em seus serviços. A entidade reforça a necessidade de os senadores evitarem “generalizações” e foquem no “uso e contexto” da IA, a fim de garantir um ambiente regulatório adequado e promover a inovação tecnológica de forma responsável no Brasil. Com informações de: [Tele Síntese](#)

## Inclusão Digital

- **Comissão aprova Política Nacional de Conectividade no Campo.** A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou [PL 1069/2024](#) - *Política Nacional de Conectividade no Campo* – nos termos do [substitutivo](#) oferecido pelo senador **Alan Rick** (UNIÃO/AC) ainda nesta quarta (3), pouco antes da reunião deliberativa. A matéria vai à Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) em decisão terminativa. Após a análise da CCDD a matéria segue à Câmara dos Deputados – salvo apresentação de recurso para deliberação anterior pelo Plenário do Senado Federal.
  - O parecer do senador **Alan Rick** apresenta **três emendas**, que alteram dispositivos da proposição original com a finalidade, dentre outras, de: **complementar** os **objetivos** da Política Nacional de Conectividade no Campo; **suprimir** dos objetivos da política nacional a ampliação das ações de [capacitação profissional](#) para uso de tecnologias digitais no campo; **restringir** a aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) para a [facilitação e estímulo da instalação de infraestrutura](#) adequada para ampliar a conectividade no campo; e **autorizar** a utilização de [doações de entidades públicas e privadas](#) como fonte de custeio da política.
- **Juscelino Filho quer levar internet a centros de assistência social em locais remotos para facilitar acesso a serviços públicos.** Ministros discutem proposta de levar internet a CRAS em localidades remotas para facilitar acesso a serviços públicos em reunião na terça-feira (2). A iniciativa tem como objetivo oferecer conexão em Centros de Referência de Assistência Social em comunidades ribeirinhas, visando a inscrição no cadastro único para programas sociais e auxílios emergenciais. Juscelino Filho destacou a importância do acesso à internet para garantir a oferta de serviços públicos essenciais, ressaltando a necessidade de atender aqueles que mais precisam da atenção do Poder Público. O modelo proposto segue exemplos do Ministério das Comunicações inseridos no Novo PAC, que pretende conectar escolas públicas de ensino básico e unidades básicas de saúde com internet de qualidade até 2026, ampliando assim o acesso a serviços fundamentais para a população brasileira. Com informações de: [ASCOM MCOM](#)

## Transformação Digital

- **Governo publica autorização de empréstimo para transformação digital em diferentes cidades.** Por meio de duas resoluções CFE ([nº 40](#) e [41](#)) publicadas no Diário Oficial desta semana, estão autorizadas a preparação de dois programas de transformação digital: o primeiro na cidade de **Caxias do Sul (RS)**, no valor de **US\$ 40 milhões**; e, o segundo, no estado do **Pará**, no valor de **US\$ 72 milhões**. Com informações de: [Teletime](#)
- **Definido relator do PL que destina recursos públicos para telessaúde e EaD.** O deputado **Delegado Paulo Bilynskyj (PL/SP)** foi escolhido relator do [PL 626/2024](#) – *destinação de recursos públicos para telessaúde e EaD* – na Comissão de Educação. O prazo para apresentação de emendas foi aberto, com término previsto para **12 de julho**. Após análise da CE, o projeto passa ainda pelo crivo das Comissões de Saúde (CSAUDE); de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI); de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Caso aprovada, a matéria será remetida ao Senado Federal – *salvo se interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Câmara dos Deputados*.

## Educação

- **Comissão de Educação aprova educação híbrida.** A Comissão de Educação (CE) aprovou o [Projeto de Lei 2497/2021](#) – *educação híbrida* – com base no [substitutivo](#) apresentado pelo deputado **Ismael (PSD/SC)**. O texto segue agora para análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), e, se aprovado, será encaminhado ao Senado. O relator do projeto buscou trazer mais clareza e **objetividade** ao tema, definindo o ensino híbrido como uma metodologia pedagógica que combina atividades presenciais e o uso de tecnologias, restrito aos anos finais do ensino fundamental. Além disso, destacou o papel das escolas na promoção de infraestrutura adequada aos estudantes e na capacitação tecnológica dos professores.
- **CE debaterá Portaria que estabelece marco regulatório dos cursos de graduação à distância.** A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados **aprovou** nesta semana dois requerimentos ([REQ 164](#) e [171](#)) que requerem a realização de audiências públicas para debater sobre as [Portarias MEC nº 528](#) e [529](#), que tratam, respectivamente, dos novos referenciais de qualidade e marco regulatório para oferta de cursos de graduação na modalidade a distância (EaD) e da criação do Conselho Consultivo para o Aperfeiçoamento dos Processos de Regulação e Supervisão da Educação Superior (CC-Pares). Entre os convidados estão representantes de diferentes **associações e institutos** relacionados à educação.

## Mídias Sociais

- **Quase um mês após ser oficializado, GT das Fake News da Câmara ainda não se reuniu.** Após quase um mês da criação do grupo de trabalho na Câmara dos Deputados para formular uma nova proposta do projeto de lei das Fake News, os **20 deputados** designados ainda não se reuniram para discutir o tema de tecnologia. Com a proximidade do recesso parlamentar e das eleições municipais, a expectativa é que as discussões se iniciem somente no fim do ano, com possibilidade de prorrogação por mais 90 dias. O presidente da Casa, **Arthur Lira** (PP/AL), oficializou a criação do grupo no dia 5 de junho, dois meses após o anúncio. O projeto, que está parado na Câmara há quase um ano, ganhou destaque novamente após o embate entre o ministro **Alexandre de Moraes**, do STF, e o empresário **Elon Musk**, proprietário da rede social X (antigo Twitter), em abril, motivando a retomada das discussões sobre o combate às Fake News. Com informações de: [Folha de S. Paulo](#)

## PD&I

- **Com laboratório Orion, Lula retoma investimento estatal no complexo científico Sirius.** Em um evento realizado nesta quinta-feira (4), o presidente **Luiz Inácio Lula da Silva** deu início à construção do **laboratório Orion**, parte do projeto **Sírius**, no Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais, em Campinas (SP), o maior complexo de pesquisa científica da América Latina. O investimento, que estava parado devido ao contingenciamento de verbas do **FNDCT** no governo anterior, agora retoma com a promessa de contribuir para a redução da dependência do Brasil no setor de inovação e pesquisa em saúde. A ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação, **Luciana Santos**, ressaltou durante o evento a importância do Orion para o desenvolvimento tecnológico do país e destacou a parceria com o BNDES, que calcula um déficit de **R\$ 20 a 25 bilhões** ao ano na balança comercial brasileira nesse segmento. Com informações de: [Folha de S. Paulo](#)
- **Apresentado parecer para proposta de fomento à inovação e fomento à startups.** A senadora Ana Paula Lobato (PDT/MA) apresentou parecer favorável, com emenda, ao PLP 2/2022 (*Fomento à inovação e estímulo à performance em startups*), no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A matéria está pronta para a comissão. Em seu parecer, a relatora mantém as propostas apresentadas no texto, mas para adequação, apresentou emenda de redação que altera a ementa do projeto de lei, que também passou a versar sobre as Leis do Bem, de Inovação Tecnológica, do REPORTO, e do Estatuto Nacional da Microempresa. Nesse sentido, a ementa passa a prever: hipóteses de inaplicabilidade da Lei às startups, nas condições em que especifica; que, no caso de startups, entes públicos poderão realizar investimentos que não envolvam a participação no capital social; ganhos líquidos em rendimentos auferidos em contratos de participação com aportes de capital em startups; e tributação e obrigações relativas à obtenção de incentivos fiscais por FIP – Capital Semente. Após a análise da **CAS**, o projeto passará pelas Comissões de Assuntos Econômicos (**CAE**) e de Ciência, Tecnologia, Inovação e

Informática (**CCT**), sendo encaminhado por fim, para análise do **Plenário** do Senado Federal. Caso aprovado, seguirá para deliberação da Câmara dos Deputados.

- **CCT debate escassez de profissionais de TI.** A **Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática** (CCT) do Senado Federal promoveu uma **audiência pública** nesta quarta-feira (3) para discutir a falta de profissionais de Tecnologia da Informação (TI) no Brasil. Com a presença de senadores e representantes de diversas entidades, o evento evidenciou a preocupação com a crescente demanda por profissionais de TI e a escassez de capacitação nas instituições de ensino. Com projeções indicando um **déficit de meio milhão de profissionais** até **2025**, a necessidade de políticas públicas para fomentar a formação e requalificação contínua foi amplamente destacada. Além disso, foi ressaltada a importância de promover uma cultura empreendedora desde a base escolar, a inclusão de minorias no setor e parcerias entre setor público e privado para suprir as lacunas do mercado de tecnologia. A audiência apontou que a demanda por profissionais de tecnologia cresce a uma taxa de **7% ao ano**, enquanto as instituições de ensino formam apenas a **4,5%**, evidenciando a urgência de medidas para reverter essa disparidade e garantir o crescimento das empresas e a competitividade do Brasil no cenário global.
- **Designado relatora para matéria das startups.** A deputada Coronel Fernanda (PL/MT) foi designada relatora do [PL 9362/2017](#), que estabelece a política de incentivo e promoção ao desenvolvimento de startups e de ambiente de empreendedorismo e contribui para a inovação e melhoria da competitividade da economia com produtos e serviços de maior valor agregado. Aguarda-se, na comissão, apresentação de parecer. Após análise da Comissão Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), a matéria segue para as Comissões de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).
- **CRE aprova regras para a exploração de atividades espaciais envolvendo o Brasil.** A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou o [PL 1006/2022](#) - *regulamenta atividades espaciais no Brasil, com participação da iniciativa privada*. O texto, relatado pelo senador **Astronauta Marcos Pontes**, estabelece regras para a exploração do espaço, incluindo decolagem de veículos lançadores, desenvolvimento de satélites e turismo espacial. Pontes ressaltou a importância de uma legislação que estimule o desenvolvimento tecnológico e a inovação, apontando o mercado promissor e em expansão no setor espacial. O projeto agora segue para análise do **Plenário** do Senado.  
Com informações de: [Agência Senado](#)
- **Comissão de Desenvolvimento Econômico debaterá Neoliberalização e Competitividade Brasileira.** A Comissão de Desenvolvimento Econômico aprovou nesta semana o [REQ 45/2024](#), apresentado pelo deputado **Florentino Neto** (PT/PI), que requer a realização de Audiência Pública para debater a Neoliberalização e a Competitividade Brasileira. Entre os convidados estão representantes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (**MDIC**), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (**FIESP**) e de instituições de ensino superior.

## Economia & Tributário

- **Com urgência constitucional do governo, Senado terá 45 dias para votar projeto da tributária.** O governo Lula solicitou **urgência constitucional** à Câmara dos Deputados, estendendo a mesma exigência ao Senado, para a tramitação do projeto de regulamentação da reforma tributária. Os senadores terão **45 dias** para votar o texto após a aprovação pelos deputados, podendo a proposta trancar a pauta após esse prazo, caso a urgência não seja retirada pelo presidente da República. Com informações de: [Correio do Povo](#)
- **Lira diz que vai “reduzir ou manter” alíquota da tributária.** O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), anunciou que o projeto principal de regulamentação da reforma tributária deve manter a **alíquota final** do IVA (Imposto sobre Valor Agregado) dual em 26,5%, conforme sugerido pelo governo, mas há possibilidade de redução. Lira ressaltou a importância de manter um nível de alíquota que seja o menor possível, destacando a intenção de reduzir ou manter os 26%. A medida visa beneficiar a todos os contribuintes e deve ser discutida durante a apresentação do projeto. Com informações de: [Poder 360](#)
- **Grupo da reforma tributária cria três modalidades de “split payment”.** O grupo de trabalho da reforma tributária propôs modificações no sistema de “split payment”, estabelecendo **três modalidades** para que o pagamento possa ser efetuado de forma simultânea em diferentes meios, como boletos, Pix, e cartões de débito e crédito. A medida visa facilitar a realização do “split payment” em todos os arranjos de pagamentos, proporcionando mais agilidade e praticidade para os usuários. Com informações de: [Valor Econômico](#)
- **Reforma tributária: GT deixa telecom de fora do cashback ampliado.** O relatório do Grupo de Trabalho (GT) da reforma tributária da Câmara dos Deputados manteve a **exclusão** do setor de telecomunicações do **cashback** ampliado, conforme proposta original enviada pelo governo federal. A apresentação do parecer ocorreu nesta quinta-feira, 4, e deve ser levado ao Plenário na próxima semana. O cashback consiste na devolução de parte dos impostos para a população de **baixa renda** inscrita no **Cadastro Único** para Programas Sociais do Governo Federal. Com informações de: [Tele Síntese](#)
- **Decisões de fiscalização dos novos tributos sobre consumo deverão ser unificadas, diz deputado.** O deputado **Mauro Benevides Filho** (PDT-CE) anunciou que o [Projeto de Lei Complementar 108/24](#), que trata da regulamentação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), irá exigir que União, estados e municípios sigam as decisões do grupo, responsável por harmonizar as interpretações da nova legislação tributária. Em uma audiência pública, Benevides destacou a importância de uma legislação única para garantir decisões uniformes e segurança jurídica. Além disso, ele informou que os contribuintes terão mais representatividade no comitê gestor e que haverá uma cota mínima de mulheres nas diretorias. O IBS será o imposto sobre consumo dos estados e municípios, enquanto a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) será da União. Por outro lado, o secretário de Economia de Goiás pediu que o financiamento para o comitê gestor seja corrigido pelo **IPCA**, em vez da taxa Selic, o que não foi aceito pelo ministro da

Fazenda, **Fernando Haddad**, devido ao impacto nas metas fiscais do governo federal. Com informações de: [Agência Câmara](#)

- **Grupo de Trabalho da reforma tributária deve reduzir prazo para pagamento de créditos a empresas.** O setor produtivo aguarda com expectativa a próxima etapa da reforma tributária, que poderá resultar em alterações significativas no prazo para pagamento de créditos tributários. Os deputados responsáveis pelo Grupo de Trabalho na Câmara já sinalizaram a intenção de reduzir o tempo de pagamento de 75 para 45 dias, atendendo a uma das demandas da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O relatório final sobre o projeto de lei complementar que regula a reforma tributária está previsto para ser apresentado na quarta-feira (3), e a votação no plenário pode ocorrer antes do recesso parlamentar de julho. Segundo o economista da CNI, **Mário Sérgio Telles**, a definição de um prazo para os pagamentos já representa uma evolução em relação ao modelo atual, no qual os pagamentos podem se arrastar por **anos**. Com informações de: [Congresso em Foco](#)
- **Deputado quer que regulamentação da reforma tributária passe pelo STF.** Deputado **Reginaldo Lopes** (PT-MG) sugere análise do STF sobre constitucionalidade da reforma tributária. Integrante do **Grupo de Trabalho da Câmara** que discute o tema, Lopes defende que todos os trechos do projeto sejam submetidos à Supremo Tribunal Federal para garantir que possíveis impostos não sejam judicializados no futuro. Com o objetivo de evitar questionamentos legais, o deputado afirmou em coletiva de imprensa que é preciso identificar possíveis inconstitucionalidades e fazer ajustes para que o sistema tributário funcione de forma eficaz, sem margem para evasão fiscal. “Todo mundo vai ter que pagar imposto neste país”, afirmou o parlamentar durante a discussão sobre o parecer da regulamentação da reforma. Com informações de: [Congresso em Foco](#)
- **CICS aprova cédula de crédito em favor de microempresa.** A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços **aprovou** o relatório do deputado **Augusto Coutinho** (REPUBLIC/PE) pela aprovação do [PL 137/2019](#), que altera a [Lei do Simples Nacional](#) para dispor sobre a cédula de crédito microempresarial. Aprovada no **Senado Federal**, a matéria segue às Comissões de Finanças e Tributação (CFT), de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e ao Plenário da Câmara.
- **Em Brasília, governadores querem negociar substituição tributária.** Nesta terça-feira (2), os governadores foram convidados a participar de uma **audiência pública** do **grupo de trabalho** que regulamenta a reforma tributária do consumo. Em meio às negociações com os congressistas, uma das principais demandas dos Estados é a **manutenção da substituição tributária**. Esse regime, em que o imposto é recolhido no início da cadeia produtiva, é bem-visto pelas unidades da Federação por facilitar a **fiscalização**, já que há menos indústrias na ponta inicial da cadeia do que estabelecimentos que distribuem o produto para o consumidor final. Este mecanismo é considerado essencial para garantir uma arrecadação adequada e evitar a sonegação de impostos. Com informações de: [Poder 360](#)
- **STJ julgará exclusão do ISS do PIS/Cofins em agosto.** O Supremo Tribunal Federal (STF) pautou para julgamento em 28 de agosto o processo que discute a exclusão do ISS

da base do PIS e da Cofins. O tema, que pode gerar um impacto financeiro de até **R\$ 35,4 bilhões** para a União caso seja julgado contra o governo, foi incluído na agenda após **oito ministros** votarem no Plenário Virtual. Com informações de: [Valor Econômico](#)

- **Débitos de contribuições sociais estão elegíveis ao Programa Litígio Zero 2024.** A Receita Federal anunciou o lançamento do [Edital de Transação nº 1](#), permitindo que pessoas físicas e jurídicas negociem seus débitos tributários em contencioso administrativo no âmbito do Litígio Zero 2024. Até **31 de julho de 2024**, os contribuintes poderão aderir ao programa, que inclui débitos de até **R\$ 50.000.000,00** em tributos administrados pelo órgão. Com informações de: [ASCOM Receita Federal](#)
- **MCTI irá monitorar impactos anuais do novo Programa Mover.** O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o Programa de Mobilidade Verde e Inovação (Mover), que será acompanhado anualmente pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para avaliar seus impactos, investimentos e resultados. A iniciativa tem como objetivo fomentar investimentos em novas rotas tecnológicas e elevar as exigências de descarbonização da frota automotiva do Brasil, buscando promover avanços na área de tecnologia e sustentabilidade no setor de transporte do país. Com informações de: [ASCOM MCTI](#)
- **CDE aprova Política Nacional de Responsabilidade Econômico de proteção da atividade privada.** A Comissão de Desenvolvimento Econômico aprovou nesta semana o [substitutivo](#) apresentado ao [PL 3412/2021](#), que institui a Política Nacional de Responsabilidade Econômica de proteção da atividade privada. No substitutivo, o relator **Luiz Gastão** (PSB/CE) inclui novos dispositivos na Lei de Liberdade Econômica. Sujeito à apreciação conclusiva, a matéria será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Se aprovada, vai ao Senado Federal.
- **Deputada apresenta parecer favorável ao PL que amplia prorrogação da validade da ata de registro de preços.** A deputada **Laura Carneiro** (PSD/RJ) apresentou parecer favorável ao [Projeto de Lei 2225/2023](#) – *ampliação da prorrogação da validade da ata de registro de preços* – durante reunião da Comissão de Finanças e Tributação. O PL, de autoria do deputado Dr. **Daniel Soranz** (PSD/RJ), visa estender o número de prorrogações anuais da validade da ata de registro de preços de 1 para 4 vezes. Após a análise da CFT, o projeto seguirá para votação na Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e, caso seja aprovado, será encaminhado ao Senado Federal, salvo apresentação de recurso para votação no Plenário da Câmara dos Deputados.
- **Definido relator do projeto que elimina restrições à compensação de prejuízos fiscais e bases negativas.** O senador **Lucas Barreto** (PSD-AP) foi escolhido como relator do [PL 3036/2022](#) – *elimina restrições à compensação de prejuízos fiscais e bases negativas de IRPJ e CSLL*. De autoria do ministro **Alexandre Silveira** (PSD-MG), o projeto determina que o ajuste do lucro líquido pela legislação do Imposto de Renda seguirá os percentuais máximos de redução vigentes. A matéria, se aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), será encaminhada para análise da Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para votação prévia pelo Plenário do Senado.

## Consumidor

- **Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa aprova projeto que veda notificação por meios eletrônicos.** A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO) aprovou nesta semana o [PL 1506/2024](#), com a [emenda](#) apresentada pelo relator deputado **Geraldo Resende** (PSDB/MS), que visa abranger os planos e seguros de saúde. Por tramitar sujeita à apreciação conclusiva, se a matéria for aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), será remetida ao Senado Federal.

## Ambiental

- **Relator apresenta parecer favorável à Política Federal TI Verde.** O deputado Julio Cesar Ribeiro (REP/DF) apresentou [parecer](#) favorável com substitutivo [PL 587/2022](#) (*Institui a Política Federal TI Verde*) na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI). O prazo para oferecimento de emendas ao projeto vai até **16 de julho**. Se aprovado, o projeto será analisado na CCJC antes de ser encaminhado ao Senado Federal.
- **Anatel apresenta Projeto Comunicações Digitais Sustentáveis durante a 934ª reunião do Conselho Diretor.** Durante a 934ª Reunião do Conselho Diretor da Anatel, o Conselheiro **Alexandre Freire** apresentou o projeto Comunicações Digitais Sustentáveis, que tem como objetivo promover o uso **sustentável** das tecnologias de comunicação no Brasil, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. O projeto visa integrar os ODS ao setor de telecomunicações brasileiro, utilizando estratégias baseadas nas ciências comportamentais para incentivar e facilitar a adoção e implementação desses objetivos por entidades reguladas e terceiros. A iniciativa também busca utilizar os recursos disponíveis no **Sistema Eletrônico de Informações** (SEI) da Anatel para disseminar o conhecimento e promover a sustentabilidade no setor de comunicações no país. Com informações de: [ASCOM Anatel](#)

## Trabalhista

- **CPD rejeita projeto que flexibiliza cota de contratação de PCDs.** A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência aprovou o parecer pela **rejeição** do [PL 647/2022](#) – *restringe a cota de contratação de PCDs às empresas urbanas e rurais com fins lucrativos*. O parecer apresentado pelo deputado **Márcio Jerry** (PcdoB/MA) argumenta que **inclusão** promovida pela regra atual seria afetada se fosse flexibilizada para dispensar um rol extenso de instituições. A matéria será remetida às Comissões de Seguridade Social e Família (CSSF); Finanças e Tributação (CFT) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) sujeita à apreciação conclusiva.

## Saúde

- **Designado relator para projeto sobre supervisão médica na produção de conteúdo de saúde nos meios de comunicação.** O deputado Orlando Silva (PcdoB/SP) foi designado relator do [PL 2167/2024](#), que estabelece a obrigatoriedade de supervisão médica na produção e divulgação de conteúdos de saúde nos meios de comunicação, incluindo em aplicações de internet. Aguarda-se apresentação de parecer para deliberação da matéria. Após a análise da Comissão de Saúde, o projeto será analisado pelas Comissões de Comunicação (CCOM); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

## Administração Pública

- **Galípolo será presidente interino do BC até 19 de julho.** O diretor de Política Monetária do Banco Central, **Gabriel Galípolo**, assumirá interinamente a presidência da autoridade monetária até **19 de julho**, enquanto o presidente **Roberto Campos Neto** inicia seu período de férias nesta **quinta-feira** (4). Galípolo, indicado pelo presidente **Lula**, está ocupando o cargo desde a última sexta-feira (28) devido à viagem de Campos Neto para eventos na Suíça e em Portugal. Com informações de: [Poder 360](#)
- **Servidores de agências reguladoras fazem paralisação nesta quinta e ameaçam greve maior.** Servidores de agências reguladoras do Brasil, como Anatel, Anvisa e ANP, exigem aumento salarial e alertam sobre possível greve, pressionando o governo de **Lula**. Funcionários planejaram paralisação de **24 horas** na quinta-feira e ameaçam ampliar movimento caso reivindicações não sejam atendidas, afetando setores como transporte, comércio e repasse de royalties do petróleo. Com informações de: [O Estado de S. Paulo](#)
- **Audiência na Câmara mostra que ouvidorias de agências reguladoras têm pouco pessoal e funcionam sem padrão.** A falta de padronização entre as ouvidorias das agências reguladoras é o destaque da audiência pública promovida pela Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, que reuniu **onze representantes**. Segundo eles, as estruturas e funcionamentos são diversos e nem sempre estão em conformidade com a legislação vigente. Com 1,5 milhão de acessos no ano passado, as ouvidorias existentes em 331 órgãos do Executivo foram consideradas como **cruciais** pelo deputado **Márcio Marinho** (Republicanos-BA), que ressaltou a importância desse canal direto de comunicação entre cidadãos e o poder público. Já o deputado **Jorge Braz** (Republicanos-RJ) questionou a falta de ouvidores em algumas dessas estruturas e cobrou a efetividade das ações desses profissionais para garantir o bom funcionamento das ouvidorias. Com informações de: [Agência Câmara](#)

## Nomeações

- **Nomeado secretário-executivo adjunto do MCTI.** O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) fez mudanças em seu quadro de servidores, com as [Portarias CC/MCTI nº 724 e 725/2024](#). **Sérgio Cruz** foi nomeado para ocupar o cargo de secretário executivo adjunto, enquanto **Marcelino Granja de Menezes** foi exonerado do cargo.
- **MCTI nomeia representantes do GT de Tecnologias Quânticas.** O Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação (MCTI) nomeou **representantes** para integrar o **Grupo de Trabalho sobre Tecnologias Quânticas**, por meio da [Portaria MCTI nº 8.312/2024](#). Conforme previsto na Portaria de criação do GT, poderão ser convidados para fins de assessoramento, sem direito a voto, representantes e especialistas das esferas de governo federal, estadual, distrital e municipal, da sociedade civil e da academia.
- **MDIC dispensa coordenador-geral de Economia Digital.** O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) publicou a [Portaria nº 8.131/2024](#), designando os representantes dos órgãos que integram o **Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva**.
- **Publicado os nomes que vão integrar Comitê de Governança, Segurança da Informação e Proteção de Dados do MD.** Nesta semana foi publicada no Diário Oficial a [Portaria GABAER nº 1.469/GC1](#), que estabelece os membros que compõem o Comitê de Governança Digital, Segurança da Informação e Proteção de Dados (CGDSIPD) do Ministério da Defesa (MD).
- **MDIC publica designação de coordenador de Economia Digital.** O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) nomeou **Marcos Cesar de Oliveira Pinto** como coordenador-geral de Economia Digital do Departamento de **Transformação Digital**, Inovação e Novos Negócios. A [Portaria de Pessoal SE/MDIC nº 258/2024](#), oficializa a designação de Oliveira para liderar as ações voltadas para a tecnologia digital dentro da pasta.
- **Ministério da Previdência Social nomeia coordenador do Seguro Acidente de Trabalho.** Ministério da Previdência Social nomeia **Eduardo Reis Matos** como novo Coordenador-Geral do Seguro Acidente de Trabalho. A portaria [MPS nº 2.087/2024](#), oficializa a mudança, substituindo **Orion Savio Santos de Oliveira** no Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional.